

DO RIO GRANDE DO SUL A PERNAMBUCO

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Como gostaria que todas as Unidades da Federação fossem como as acima citadas: em matéria de cultura, preservação cultural e, sobretudo, no preparo da juventude, o Rio Grande do Sul e Pernambuco destacam-se, por longas décadas, e com esmero, na difusão, preservação e produção científica de suas regiões, fortalecendo, com isso, a cidadania.

Assim sendo, destaco como recentes publicações e pelo valor à historiografia regional e brasileira, a *Coletânea De Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, fazendo parte do Projeto Memória do Parlamento, implantado em 1996, e contando já com dois alentados volumes, sob organização da Prof^ª Dr^ª Helga Iracema Landgraf Piccolo - uma das eméritas historiadoras e pesquisadora criteriosa daquele Estado.

Tal publicação vem facultar aos estudiosos brasileiros os mais diversos olhares para um período tão significativo de nossa História (1847-1889), pois, ao longo dos Discursos se pode aferir os diferentes momentos da indefinição político-partidária daquela região cultural do país, bem assim, quais os encaminhamentos propostos para uma possível definição política, onde a idéia de revolução sempre aparece, ora como assustadora, ora como necessária, o que não nos impede de analisar, ao nível da prática, como nem sempre as ações políticas foram coerentes.

As *lutas* entre os Partidos Liberal e Conservador abrem espaços para reinterpretações múltiplas tão necessárias ao avanço historiográfico, ao lado da abertura (?) proposta, a partir dos anos 1870, pelos republicanos, com o intuito, principalmente, de minimizar o analfabetismo e o caráter essencialmente rural/patriarcal da sociedade brasileira.

Óbvio que essa oportuna publicação procurou abordar os aspectos mais relevantes dos Discursos Parlamentares, "enxugando" os textos, principalmente com relação aos apartes e intervenções que, só foram mencionados quando necessários para o entendimento mais completo do debate.

Os dois volumes publicados além de ótima apresentação gráfica, contém excelentes representações iconográficas, ilustrações essas recolhidas não apenas junto às instituições públicas da capital gaúcha, bem como em acervos particulares e também, a reforçar o nível da pesquisa, a coleta efetuada no interior do Estado.

Mas, não para por aí, a contribuição do Rio Grande do Sul nesse final de milênio: *Camponês, Terra e Pobreza*, representa outro trabalho de fôlego, à cargo do Prof. Dr. Earle Diniz Macarthy Moreira, como parte da famosa Coleção História, já em seu nº 18, edição da PUCRS.

É um estudo objetivo, criterioso, de linguagem fluente, poética, ao mesmo tempo que científica, onde o Autor, em cinco capítulos, conseguiu analisar o século XVIII espanhol, com aguçada visão crítica, além de apresentar atualizado referencial bibliográfico.

Chamou-nos a atenção a maneira como tratou, por exemplo, a problemática da pobreza, a criação de asilos e o luxo da época, apontando, como as portas do terceiro milênio e com o avanço da globalização, esses problemas são ainda cruciais, mal tratados e mal solucionados.

Ao longo de seu estudo demonstrou que o chamado *Século das Luzes* não foi complacente com a pobreza que, aliás, passou a ser encarada como "peso, como prejuízo na competição internacional"(p. 21).

Analisando a pobreza espanhola de então, cuidadosamente abordou os contrastes sócio-rurais engendrados, os percalços do arrendamento de terras que tão apenas visavam o maior lucro possível, o que levou ao aumento paulatino patrimonial dos ricos. Paralelamente analisou ainda, através dos números, a atuação da Igreja, em situação privilegiada, apesar de sempre condenar a usura... Era de fato, um mundo que se transformava! E o A. soube, com profundidade captá-lo, sobremaneira quando destacou a atuação do frei beneditino Jerônimo Feijóo.

Por ser instigante, está a merecer amplo debate, a análise feita sobre a existência do pauperismo em Espanha do século XVIII, onde, o espírito crítico do Prof. Macarthy, soube evidenciar a pacata atuação da minoritária elite reformista, presa às estruturas centenárias e à própria conjuntura do período a obstaculizar possíveis mudanças, mesmo porque os "reformistas" de então não acreditavam no povo, que era por eles visto como "vulgar e imbecil" (p.77).

Se tudo isso não bastasse, vale o trabalho ora apresentado como o repensar de um momento típico da história da humanidade a fim de ser reavaliado, mas tendo em vista nosso cotidiano, onde a abertura de novas propostas e soluções, para os menos favorecidos, se fazem necessárias.

Saltemos agora para nosso Pernambuco - *o Leão do Norte!* Ainda bem que o nosso tempo é histórico e também porque acredito, ao conceber espaço, que se deva partir do princípio que é uma produção da coletividade humana ao se relacionar com o meio. Por isso, creio poder aqui também inserir um modesto comentário à pesquisa tão marcante para o estudo historiográfico brasileiro na contemporaneidade. Refiro-me ao recém-lançado trabalho do Prof. Dr. Marcus de Carvalho - *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*, Recife, 1822-1850.

Ao abordar a situação dos escravos em Recife, num período tão marcante da história pernambucana, principalmente por abarcar as insurreições liberais do Nordeste, analisou o Prof. Marcus não apenas a reestruturação espacial da cidade do Recife, como também a persistência de sua fisionomia conservadora e escravista.

Enfocando com novo olhar essa problemática não só abriu o leque para o debate historiográfico, como estimulou a necessidade de que a discussão seja prática, objetiva, e não ao nível do ideológico, demonstrando assim, a necessidade do pluralismo científico para uma interpretação a "mais objetiva possível" - como nos ensinou Le Goff e Nora - a fim de que as mudanças possam, paulatinamente, efetuar-se.

Seu estudo passa pela vida urbana recifense e toda sua instabilidade sócio-econômico-político-cultural, ao mesmo tempo em que analisa como o tráfico de escravos dependia da reprodução do sistema e como a conjuntura internacional da época impôs mudanças na forma de negociar.

É de suma importância, como o A. abordou, as múltiplas relações entre o quilombo do Catucá e a resistência havida, apontando como os cativos souberam aproveitar das cisões entre as elites para não sucumbirem e melhorarem suas condições de sobrevivência, com extrema habilidade e criatividade, se bem que poucos deles tiveram oportunidade de obter seu objetivo maior: a liberdade.

Contando com fontes significativas, o presente trabalho apresenta, outrossim, bibliografia de primeira ordem, onde as múltiplas variáveis existentes entre escravos rurais e urbanos foram postas em discussão, trazendo à tona, não apenas oportuna contribuição metodológica, como também empírica, onde se-nos aflora, entre outros aspectos, as relações ambíguas entre os homens livres pobres e os escravos.

Com propriedade discorreu sobre o sistema escravista no Recife apontando a gama de contradições havidas e que acabaram por não permitir a submissão total desse cativo, como a ocorrida nos Estados Unidos, embora as relações entre cativos/senhores fosse sempre conflituosa, mas, onde aqueles cativos procuraram conquistar espaços outros ao lado dos embaraços que os senhores lhes impunham, ou como nos afirma o A., citando Thompson, uma "economia moral" que não era a desejada pela classe senhorial" (p.324).